Paulo Nogueira-Neto, ambientalista e ex-secretário especial de Meio Ambiente

‘Senado precisa modificar o Código Florestal’

Aos 89 anos, o pai do ambientalismo brasileiro defende que a reforma da lei seja feita com respaldo científico e subsídios

Andrea Vialli

Brasília, 23 de maio. Na véspera da votação do projeto de reforma do Código Florestal na Câmara dos Deputados, um grupo de ex-ministros do Meio Ambiente peregrinou pelo Congresso para levar suas contribuições à polêmica proposta do relator Aldo Rebelo (PC do B), que seria aprovada no dia seguinte.

Entre eles estava Paulo Nogueira-Neto, o primeiro a ocupar a pasta, quando ainda era uma secretaria especial no governo militar. Aos 89 anos e se locomovendo com a ajuda de uma cadeira de rodas, Nogueira-Neto fez questão de participar do encontro. “Não queremos prejudicar a agricultura. Estamos pedindo que a reforma do Código Florestal seja feita com respaldo científico”, diz ele, um dos mais respeitados ícones do ambientalismo brasileiro.

De sua residência em São Paulo – um espaço de 4 mil m² reflorestado por ele, com espécies da Mata Atlântica – Nogueira-Neto falou ao **Estado**.

● O sr., com outros sete ex-ministros do Meio Ambiente, levou aos parlamentares contribuições para o novo Código. Como foi?
Eu fui “convocado” às pressas. Num domingo, depois do almoço, a (*ex-senadora*) Marina Silva me telefonou e pediu para ir imediatamente para Brasília. Fui até o Aeroporto de Viracopos, comprei uma passagem e fui. À noite já estava lá. Nós falamos com o presidente do Senado, da Câmara, todos com boa vontade em nos atender.

● Depois vocês foram falar com a presidente Dilma Rousseff.
Fomos falar com a presidente. Pedimos o encontro de última hora, mas ela nos recebeu. E, para nós, foi uma agradável surpresa verificar que as preocupações dela eram praticamente as nossas. Queremos fazer uma legislação que seja eficiente, boa. Não queremos prejudicar a agricultura. Mas também não podemos prejudicar o meio ambiente, agravar o efeito climático.

● Houve algum compromisso por parte da presidência?
Dilma absolutamente não concorda com a anistia a quem desmatou. Ela tem compromissos internacionais, está preocupada com os efeitos do desmatamento. Saímos de lá contentes.

● Em compensação, a Câmara aprovou a reforma do Código Florestal por 410 votos a favor, 63 contrários e 1 abstenção.
Eu atribuo a grande derrota na Câmara a fatores políticos, que independem de nossa vontade. Grande parte dos deputados que votaram contra nós votou, na verdade, contra o governo. Havia a questão do Palocci (*o ex-ministro Antonio Palocci*). Mas esse texto não deverá ter vida longa. No Senado, será possível reverter a derrota na Câmara.

● Qual a expectativa para as negociações do Código no Senado?
Tudo indica que teremos ainda três ou quatro meses para discutir o assunto no Senado. O que pedimos é a coisa mais lógica: que se reforme o Código com respaldo científico. Nesse tempo será possível informar os senadores dos riscos que o País corre se o Código for aprovado do jeito que está. O Código do Aldo Rebelo tem coisas boas, mas há pontos desastrosos.

Quais são os pontos bons e os desastrosos?
É desastroso o fato de que os Estados poderão dar a palavra final sobre o desmatamento. O texto reproduz o Código antigo em vários pontos, mas lá no meio há um dispositivo que permite aos Estados, sem intervenção da União, derrubar o que quiserem. Já se fala em um desmatamento do tamanho do Paraná. Isso é gravíssimo. Nós queremos uma legislação equilibrada, sem prejuízos à agricultura. A Embrapa merece os maiores elogios, pois aumentou a produtividade. Nisso estamos de pleno acordo, o Brasil precisa de uma agricultura moderna.

● Rebelo diz que a lei atual penaliza o produtor. Qual sua opinião?
O problema é a falta de compreensão. Aldo Rebelo acredita que há uma conspiração internacional, que as ONGs querem que o Brasil fique numa condição agrícola difícil. Não conheço nenhuma ONG que tenha criado dificuldades para a agricultura brasileira. Agora, é verdade que as ONGs internacionais estão preocupadas com o desmatamento no Brasil. E nós também estamos. E se não estamos, deveríamos estar, por causa do aquecimento climático.

● Governos anteriores incentivaram a ocupação da Amazônia e a derrubada da floresta. Hoje qual seria o caminho para o desenvolvimento sustentável na região?
Primeiro, é preciso um bom Código Florestal para segurar o desmatamento. Segundo, é necessário subsidiar os produtos da floresta para que as populações locais a proteja. Mas temos de dar um passo além, pagar mais do que esses produtos valem, como fazem na Europa. Incluir nessa conta o valor dos serviços ambientais prestados. Se estivesse no governo, faria isso com urgência, para não acontecer o que ocorre no Acre hoje em dia. Os antigos seringueiros estão começando a criar gado para não morrer de fome.

● E as hidrelétricas na Amazônia, podem trazer a prosperidade que o governo espera? Como ficam os impactos ambientais?
O aproveitamento dos rios têm de seguir cuidados especiais para reduzir o impacto. É preciso fazer eclusas, para que os peixes possam migrar e os rios sejam aproveitados para navegação. Outra coisa: as represas não podem ser muito grandes. Reservatório bloqueia a migração da fauna terrestre. Mas a energia do futuro é a fusão nuclear, obtida de dois isótopos de hidrogênio. É possível fazer energia barata, abundante, pouco radioativa. A energia do futuro é essa, além dos reforços da solar e eólica. Quando essa energia estiver disponível, as hidrelétricas ficarão obsoletas.

E como fica a exploração do pré-sal no momento em que o mundo busca uma transição para fontes mais limpas?
Não sou contra a exploração do pré-sal, porque o País pode precisar dele para seu desenvolvimento. Mas tem de ser feito de forma ordenada. O Brasil deve plantar grandes extensões de florestas para compensar essas emissões. Também precisamos de planejamento das cidades costeiras. Nós não podemos permitir que ocorra a favelização da Serra do Mar.

● Desde que o sr. foi secretário especial de Meio Ambiente (de 1974 a 1986), o que mudou no País em termos de conscientização ambiental?
O País mudou muito. Eu sou testemunha disso. Antes, nós ambientalistas éramos malvistos. A opinião pública, achava que primeiro precisava desenvolver para depois, então, pensar no meio ambiente. Na secretaria, um dos principais desafios era despertar a consciência para isso. Me deram cinco funcionários, três salas e nenhum poder de multar. Fizemos a Política Nacional de Meio Ambiente, durante o governo Figueiredo, que é a base de nossa legislação ambiental.

QUEM É

*** Formado em História Natural pela Universidade de São Paulo (USP), fez doutorado e livre docência. Recebeu o título de Professor Emérito do Instituto de Biologia da USP. Trabalhou na Secretaria Especial do Meio Ambiente entre 1974 e 1986 e foi secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal .**

PAULO LIEBERT/AE

Titular. Paulo Nogueira-Neto ocupou secretaria que virou Ministério do Meio Ambiente

Na fazenda, porcos selvagens, abelhas e reserva legal

Dono de uma fazenda de 200 hectares em São Simão, a 300 quilômetros da capital paulista, Paulo Nogueira-Neto garante: metade da propriedade é composta por vegetação preservada do Cerrado.

“A área preservada vai além do que pede a reserva legal. Temos de conservar o Cerrado porque ele é quase impossível de se replantar”, diz o ambientalista. Pelo atual Código Florestal, o proprietário de terra nos biomas Cerrado e Mata Atlântica deve manter 20% da área com mata nativa, a chamada reserva legal.

No campo, ele se dedica a duas de suas maiores paixões na área de ecologia: a criação de abelhas indígenas sem ferrão e de caititus, espécie de porco selvagem do continente americano.

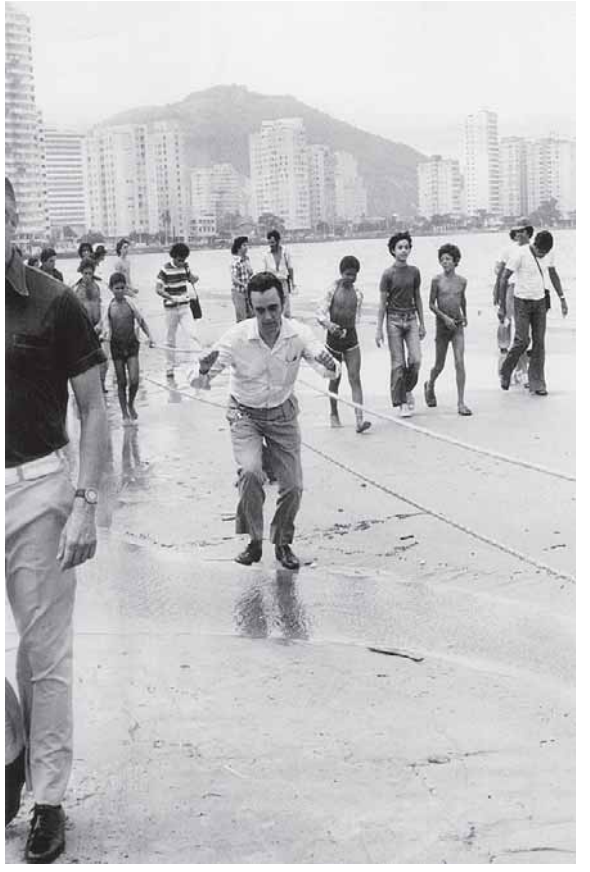
Nogueira-Neto é professor titular de Ecologia pela Universidade de São Paulo (USP) e se aposentou da função em 1992. Hoje, vê com alegria o retorno da floresta no interior de São Paulo. “Em minhas viagens pelo Estado, vejo as matas renascendo em lugares impróprios para a agricultura mecanizada, como os morros mais íngremes”, diz. / A.V.

GALERIA

ARQUIVO /AE - 22/10/1974

Criação. Em 1974, Nogueira-Neto alimenta um dos muitos animais que até hoje vivem em sua fazenda em São Simão (SP)

ARQUIVO/AE - 15/3/1976



Praia suja. Em 1976, como secretário especial de Meio Ambiente, Nogueira-Neto denunciou o esgoto na Baixada Santista e conseguiu retomar a construção de um emissário submarino.

ANDRE DUSEK/AE-24/5/2011

Romaria. Ao lado dos ex-ministros Rubens Ricupero, Carlos Minc e Marina Silva, em maio Nogueira-Neto foi ao Congresso expor suas posições sobre a reforma do Código Florestal.

Fonte: O Estado de S.Paulo, São Paulo, 19 jun. 2011, Primeiro Caderno, p. A31.